

Políticas Indigenistas e a fronteira Guiana-Brasil¹

Stephen G. Baines

Professor Associado, DAN, UnB; pesquisador 1B, CNPq

Resumo:

Na fronteira entre o Brasil e a Guiana, os dilemas da (des)igualdade na diversidade estão muito evidentes para os povos indígenas, inseridas em relações interétnicas assimétricas com as sociedades nacionais. Seja na sua interação com as instituições dos Estados ou no espaço interétnico de uma maneira geral, a desigualdade de tratamento tem se apresentado como fenômeno abrangente e fundamental para a compreensão dos padrões de (des)respeito aos direitos de cidadania, mesmo de formas diferentes que surgiram de histórias coloniais muito diversas: o colonialismo português no caso do Brasil, e o colonialismo holandês e britânico no caso da Guiana, e atualmente o “colonialismo interno” no contexto de Estados nacionais com políticas multiculturais. Há de examinar tanto o contexto de desigualdades em nível local, regional e nacional, como desigualdades internacionais entre os Estados nacionais, e a crescente presença de agentes internacionais. Estas desigualdades se manifestam em depoimentos indígenas que revelam os dilemas da cidadania. As políticas indigenistas revelam-se ambíguas e contraditórias ao visar à inclusão dos povos indígenas em Estados que pretendem ser multiculturais, por meio de programas de atendimento diferenciado de educação e de saúde, ao mesmo tempo em que os Estados nacionais reduzem recursos para as políticas sociais. O papel das ONGs indígenas, indigenistas e ambientais tornou-se predominante, com freqüente sobreposição de interesses. A partir de uma pesquisa etnográfica junto aos Makuxi e Wapichana, revela-se uma situação em que os indígenas se encontram incorporados por políticas de inclusão social e ao mesmo tempo excluídos das políticas centrais dos Estados.

Palavras-chave: políticas indigenistas; fronteira; povos indígenas.

Abstract:

On the Brazil-Guyana border, the dilemmas of inequality/equality in the diversity are very apparent for the indigenous peoples, inserted in asymmetrical interethnic relations with the national societies. In their interaction with State institutions or in the interethnic space in a more general way, inequality of treatment has presented itself as an encompassing and basic phenomenon for understanding the patterns of (dis)respect of citizenship rights, in different ways that have emerged from very different colonial histories: Portuguese colonialism in the

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

case of Brazil, and Dutch and British colonialism in the case of Guyana, and nowadays “internal colonialism” in the context of multicultural national States. It is necessary to look at the contexts of local, regional and national inequalities, as well as international inequalities between national States, and the growing presence of international agents. These inequalities appear in the speech of indigenous people, and reveal the dilemmas of citizenship. The indigenist policies appear to be ambiguous and contradictory in aiming to include indigenous people within States which aim to be multicultural, by means of programmes of differential education and health services, at the same time in which the national States are reducing funding for social policies. The role of indigenous, indigenist and environmentalist NGOs has become predominant, with frequent overlap of interests. Based on an ethnographic research with the Macushi and Wapishana peoples, a situation is revealed in which indigenous people are incorporated in public policies of social inclusion at the same time that they are excluded from the central policies of the States.

Key-words: indigenist policies; border; indigenous peoples

INTRODUÇÃO

Na fronteira entre Brasil e Guiana, situada no leste do estado de Roraima e no sudoeste da Guiana, os dilemas da (des)igualdade na diversidade estão muito evidentes para os povos indígenas, inseridos em relações interétnicas assimétricas com as sociedades nacionais (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.55). Seja na sua interação com as instituições dos Estados ou no espaço interétnico de uma maneira geral, a desigualdade de tratamento tem se apresentado como fenômeno fundamental para a compreensão dos padrões de (des)respeito aos direitos de cidadania, mesmo de formas diferentes que surgiram de histórias coloniais muito diversas - o colonialismo português no caso do Brasil, e o colonialismo holandês e britânico no caso da Guiana - e atualmente o “colonialismo interno” no contexto de Estados nacionais com políticas multiculturais.

Ao focalizar o trecho da fronteira habitado pelos povos indígenas que se identificam como Makuxi e Wapichana, que tiveram seus territórios historicamente divididos pela linha fronteiriça traçada entre o Brasil e a Guiana em 1904 (cf. RIVIÈRE, 1995), examinaremos brevemente o impacto das políticas indigenistas nestas regiões de fronteira internacional e as estratégias indígenas para afirmar seus direitos ao recorrer a legislações nacionais e internacionais. Examinaremos como os povos indígenas se percebem no contexto de políticas indigenistas que visam à sua inclusão em Estados multiculturais por meio de políticas de reconhecimento de direitos territoriais, e de educação e de saúde diferenciadas, exigências dos

movimentos indígenas, ao mesmo tempo em que se apresentam como excluídos por estes mesmos Estados.

Para caracterizar as relações sociais entre segmentos das sociedades nacionais e as sociedades indígenas como contraditórias e assimétricas, partimos da noção de “fricção interétnica” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996 [1964], p.33-52; 1976, p.54-58; 1978, p.83-95). Roberto Cardoso de Oliveira ressalta que as relações interétnicas entre índios e não-índios são “moldadas por uma estrutura de sujeição-dominação” (1976, p.56-57). Ao se referir aos espaços fronteiriços, ressalta Cardoso de Oliveira “vale considerar, no que diz respeito ao processo identitário, que se trata de um espaço marcado pela ambigüidade das identidades – um espaço que, por sua própria natureza, abre-se à manipulação pelas etnias e nacionalidades em conjunção” (2000, p.17). Cardoso de Oliveira afirma que

No caso das etnias (...) não se trata mais de considerá-las em si mesmas, isto é, enquanto tais, mas de inseri-las num outro quadro de referência: o quadro (inter)nacional. A rigor, poder-se-ia dizer que tal quadro teria sua configuração marcada por um processo transnacional, apontando esse termo para o caráter dinâmico das relações sociais vividas pelo contingente populacional localizado na fronteira. E é precisamente esse processo transnacional que, a meu ver, se impõe ao observador como uma instância empírica sujeita à descrição sistemática. Portanto, no caso de uma situação de fronteira, aquilo que surge como um poderoso determinador social, político e cultural — provavelmente mais do que a etnicidade — passa a ser a nacionalidade dos agentes sociais; é quando nacionalidade e etnicidade se interseccionam, tal qual identidades que passam a ocupar, praticamente, um mesmo espaço. E é exatamente esse espaço ocupado pela nacionalidade que tende a se internacionalizar, graças ao processo de transnacionalização que nele tem lugar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 14-15).

Acrescenta Cardoso de Oliveira que no espaço internacional de fronteiras, onde há uma conjunção intercultural de nacionalidades distintas e, no interior dessas, etnias diversas, “surge o foco privilegiado de investigação: não mais o sistema interétnico (...), mas *o sistema inter e transnacional, visto em termos de nacionalidades em conjunção*” (Ibid, 2005, p.15 *itálicos no original*).

Tanto o Brasil quanto a Guiana, apesar de a segunda ser mais de 39 vezes menor que o Brasil em extensão territorial (BAINES, 2004b, p.78) compartilham o fato de que a população majoritária não-indígena se concentra no litoral e a população indígena constituir uma

pequena minoria das populações nacionais, concentrada em regiões distantes dos grandes centros urbanos e ao longo das fronteiras². As particularidades desta fronteira entre dois países do chamado Terceiro Mundo, embora de extrema desigualdade entre si, são evidentes. O Brasil é visto como o gigante econômico da América do Sul pelos guianenses, situados em um país pequeno. Para “abordar questões como a maneira em que opera o poder de dois Estados desiguais em fronteiras, e de como as relações culturais se desenvolvem em regiões de fronteira, temos de recorrer a uma noção de fronteira que seja local, particular e focalizada em território” (WILSON; DONNAN, 1998, p.3). As populações que habitam a fronteira Guiana-Brasil encaixam-se, segundo a classificação de Wilson e Donnan, como “aquelas que são *diferenciadas* por laços transnacionais de etnicidade de outros membros do seu Estado” (WILSON; DONNAN, 1998, p.14).

No processo histórico da construção da nação brasileira, foi forjada pelas elites intelectuais uma identidade nacional de um país latino-americano, apesar de ser distinta dos Estados nacionais de antiga colonização espanhola. Na Guiana, a identidade nacional das populações majoritárias de afro-guianenses (36%) e indo-guianenses (50%) é voltada para a região caribenha, tendo laços culturais estreitos com outras ex-colônias britânicas desta região como Trindade e Tobago, e Barbados, e migrações de pessoas entre estes países. Com uma história de litígios sobre as suas fronteiras com a Venezuela, Suriname, e o Brasil, a Guiana atual se identifica histórica e culturalmente mais com as Guianas e o Caribe com população altamente heterogênea e etnicamente segmentada, concentrada na faixa do litoral atlântico, produto de políticas coloniais britânicas, holandesas e francesas de importação de mão-de-obra africana e, após a abolição da escravidão em 1834, importação de mão-de-obra indiana como “*indentured labour*”³ no século XIX. Esta situação contrasta-se com o Brasil, onde predominavam políticas de miscigenação. Entretanto, as povos indígenas que vivem nesta fronteira com o Brasil, sentindo-se abandonados pelas políticas do governo de Georgetown, e discriminados por categorias altamente pejorativas como “*buckman*” (homem-animal), olham para o Brasil como um modelo a seguir. Os povos indígenas em Roraima, no lado brasileiro

² Tomando-se em conta a atual divisão territorial adotada pela Guiana, nas Regiões 8 “Potaro-Siparuni” e 9 “Upper Takutu-Upper Essequibo”, na fronteira sudoeste da Guiana, vivem respectivamente cerca de 24,95% e 8,63% do total de 48.859 indígenas. Na Guiana a população indígena constitui cerca de 6,81% da população nacional (GUYANA, 1996). Enquanto no Brasil a população indígena constitui uma pequena minoria de cerca de 0,3% da população nacional, em Roraima constitui cerca de 72% da população rural. No Município de Normandia, enclave fronteiriço na Área Indígena Raposa/Serra do Sol, os Makuxi constituem 92,71% da população rural. Em Bonfim constituem 22,96% e em Boa Vista cerca de 16,18% (OLIVEIRA, 1999, p.60) de uma população total em torno de 350 mil².

³ O sistema de “*indentured labour*” pode ser traduzido como “serviço por dívida” ou “escravidão por dívida”, foi muito usado nas colônias britânicas.

da fronteira, também se sentem negligenciados pelos governos estaduais e federais, e discriminados por termos pejorativos como “caboco”.

Ao estudar os Ticunas nas fronteiras do Brasil, Colômbia e Peru, Claudia López Garcés conclui que os Estados nacionais

continuam instrumentalizando simbolicamente os povos indígenas para construir retóricas discursivas de democracias multiétnicas que na realidade estão longe de se concretizar, pois os grupos étnicos (...) figuram como ‘minorias’ sociais (...e...) continuam sendo cidadãos de segunda categoria, onde dificilmente poderiam chegar a inserir-se na sociedade nacional em iguais condições sócio-econômicas e políticas (GARCÉS, 2000, p.295).

Ao se referir ao racismo no Brasil, com referência especificamente às relações entre brancos e afro-descendentes, Luís Roberto Cardoso de Oliveira afirma que “Uma das características das práticas de discriminação indireta vigentes no Brasil é que ela costuma aparecer de maneira dissimulada, sendo por vezes de difícil identificação mesmo para aqueles que sofrem na pele os seus efeitos” (L. CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p.82). Como parte de uma ideologia de construção da nação brasileira que ressalta uma mistura de raças, onde as fronteiras étnicas e raciais não são sempre claras, a discriminação dissimulada é muito diferente do que se pode observar na Guiana, onde as fronteiras étnico-raciais são claramente demarcadas no senso comum da população. Entretanto, os indígenas que migram da Guiana para Boa Vista sofrem uma dupla discriminação na cidade por serem identificados como indígenas e também como estrangeiros, conhecidos como “ingleses” com referência ao sotaque que os identifica.

Para entender esta situação de fronteira, há de examinar os níveis internacional, nacional, regional e local. No nível internacional são evidentes as enormes desigualdades entre os Estados nacionais. Ao comparar estatísticas do PNUD para alguns países desta região para os quais existem dados, observamos que o índice de desenvolvimento humano (HDI) para o Brasil é 0,800 colocando Brasil no 70º lugar entre 177 países para os quais se dispõem de dados, enquanto o índice de desenvolvimento humano para a Guiana é 0,750, colocando este país em 97º lugar. A Venezuela fica em 74º lugar, a França em 10º lugar (não existem estatísticas separadas para a Guiana Francesa, Departamento ultramar da França), Cuba em 51º lugar, e Suriname em 85º lugar. Enquanto o GDP per capita para o Brasil é de US\$8,402, para a Guiana é de apenas US\$4,508, para a Venezuela é de US\$6,632, para a França é de US\$30,386, para Cuba é de US\$6,000, e para Suriname é de US\$7,722. A expectativa de vida

no Brasil é de 71,7 anos, na Guiana é de 65,2 anos, na Venezuela é de 73,2 anos, na França é de 80,2 anos, em Cuba é de 77,7 anos, e em Suriname é de 69,6 anos.

Estas estatísticas não permitem uma comparação das regiões fronteiriças que estamos examinando, por não levar em conta as imensas desigualdades sócio-econômicas e culturais regionais dentro de cada Estado nacional, onde essas regiões de fronteira, muito distantes dos centros densamente povoados nos litorais dos respectivos países, apresentam índices de maior desigualdade. Oferecem, entretanto, alguma indicação das enormes desigualdades internacionais. O relatório, “Inequality in Latin America and the Caribbean: Breaking with History?”⁴ (Desigualdade na América Latina e Caribe: Romper com a História?), de 2003, que focaliza sete países, incluindo o Brasil e a Guiana, concluiu que os homens indígenas nestes países recebem salários de 35% a 65% menos do que os homens brancos⁵.

No nível nacional, os povos indígenas representam pequenas minorias dentro da população total dos Estados nacionais – aproximadamente 0,3% no Brasil, e 7,0% na Guiana – porém constituem maiorias em nível regional nas áreas rurais ao longo desta fronteira, e a população total em nível local de aldeias. Entretanto, apresentam-se como populações discriminadas e esquecidas pelos Estados nacionais, com constantes reivindicações junto aos governos centrais que seus direitos sejam reconhecidos e respeitados.

Na Guiana, colônia holandesa que se tornou colônia inglesa até sua independência em 1966, a história de relações entre os povos indígenas e os poderes coloniais foi marcada por tratados de comércio com os povos indígenas. O Decreto de 1784 da Companhia Holandesa das Antilhas dava posse plena e livre das terras aos indígenas. O governo da Guiana nunca extinguiu a posse indígena com base no reconhecimento de direitos consuetudinários, herança do sistema jurídico britânico imposto no período colonial.

Para entender esta fronteira internacional é necessário resgatar a história da atuação dos dois países em relação a ela, tarefa realizada por Paulo Santilli (1974; 2001) junto aos Makuxi e por Nádia Farage (1991) junto aos Wapichana. Santilli afirma que após a fronteira entre o Brasil e a Guiana Inglesa ter sido delineada em 1904, no projeto oficial para a região do rio Branco “o próprio conceito de fronteira deixava de ser uma questão militar para tornar-se, acima de tudo, uma questão econômica” (1994, p.39). Acrescenta Santilli que em 1927 a migração de índios do Brasil para a Guiana Inglesa, provocada por violências cometidas por fazendeiros brasileiros ainda era uma preocupação para os estrategistas militares. Afirma

⁴ <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1185895645304/4044168-1186325351029/10Full.pdf>> Acesso em 15/04/2008.

⁵ 12.02.04 – BRASIL. Congresso BID Padrões coloniais sustentam desigualdade na América Latina. ADITAL Notícias da América Latina e Caribe. <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=10951>> Acesso em 15/04/2008.

Santilli (1994, p.68-69) “migração talvez não seja o termo mais exato para definir o processo” por se caracterizar por deslocamentos dentro de um mesmo território tradicional, sobre o que a fronteira internacional havia sido imposta.

Depoimentos de moradores Makuxi e Wapichana no lado guianense da fronteira ressaltam este fluxo populacional do Brasil para a Guiana até a década de 1960, muitos com nomes portugueses e antepassados nascidos no Brasil. Atribuem a mudança para a Guiana à invasão do território indígena do lado brasileiro por pecuaristas, além de invasões esporádicas por garimpeiros a partir das décadas de 1920-1930. Afirmam, também, que antes da independência da Guiana em 1966 e a revolta do Rupununi em 1969, os serviços de educação e de saúde oferecidos pelo governo colonial eram melhores na Guiana do que no Brasil, situação que se inverteu nos anos seguintes.

A independência da Guiana foi seguida de muitos conflitos políticos naquele país, sobretudo entre os grupos étnicos majoritários de afro-guianenses e indo-guianenses no densamente povoado litoral. Na revolta do Rupununi em 1969, três anos após a independência da Guiana, os Wapichana, apoiando os fazendeiros brancos e mestiços da região fronteiriça, “insurgiram-se contra o governo central” (FARAGE, 1997, p.26). Forbes Burnham, primeiro ministro da Guiana (1964-80) e presidente (1980-85), representava a população afro-guianense. Após acusações de fraudes eleitorais, Burnham foi eleito e após declarar a Guiana “República Cooperativista” em 1970, aliou-se ao bloco soviético.

Cabe mencionar que após a divisão do *People's Progressive Party* em 1955, a política partidária na Guiana se configurou mais em termos étnicos do que ideológicos. Os conflitos étnicos no densamente povoado litoral do país expressam-se na configuração dos partidos políticos. Os dois maiores partidos são o *People's Progressive Party (PPP)* (fundado em 1950, com 54,3% dos votos nas eleições de 2006), visto como representante sobretudo dos indo-guianenses, e o *People's National Congress (PNC)* (fundado em 1955, com 34,0 % dos votos nas eleições de 2006), dos afro-guianenses. Entre 1964 e 1992, o *People's National Congress* dominou o cenário político do país.

Os fazendeiros brancos e mestiços do Rupununi não se conformaram com o regime de Burnham e apoiaram *The United Force (TUF)*, partido da direita fundado em 1960. Rebelaram-se os fazendeiros cuja aliança histórica com os Wapishana pesou decididamente para obter seu apoio à revolta: na maioria das aldeias Wapishana, os homens aderiram à revolta (FARAGE, 1997, p.55). A “Revolta do Rupununi” foi sufocada pelo exército guianense e muitos dos fazendeiros e seus trabalhadores wapichana exilaram-se na Venezuela e no Brasil. Muitos Wapichana buscaram refúgio nas aldeias do lado brasileiro da fronteira.

No Brasil, o rápido crescimento econômico de Roraima iniciou-se após a criação do Território Federal de Roraima em 1944 e sua transformação em estado a partir da aprovação do projeto da sua criação, apresentado primeiro como projeto de lei complementar em 1983, em 1 de outubro de 1988, passando a ser implantado em janeiro de 1991, quando foram empossados o governador e a Assembléia Legislativa. Foi acompanhada por um crescimento populacional extremamente rápido com a vinda de migrantes de outras regiões do Brasil, sobretudo para a capital Boa Vista. Como nunca antes na sua história, os territórios indígenas tornaram-se alvo de ocupação por pecuaristas, agroindustriais e garimpeiros a partir de 1990 “por decorrência da migração que as operações de retirada de invasores da área indígena Yanomami causaram” (SANTILLI, 2001, p.100).

No lado brasileiro desta fronteira, o estabelecimento de duas agências indigenistas no início do século XX: o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sediado na Fazenda São Marcos, e a missão evangelizadora beneditina no alto Rio Surumu, substituídas, respectivamente, pela FUNAI e pela Ordem da Consolata (SANTILLI, 2001, p.39-40), apesar de se valerem de procedimentos clientelistas semelhantes às mediações entre regionais e índios ao longo das décadas anteriores, visavam a outros fins. Santilli caracteriza este período como o da busca de transformar os índios em trabalhadores nacionais (Ibid). Usando o que ele chama um “padrão clientelista”, investiram “na construção de intermediários políticos, na figura de ‘tuxauas’ ou líderes de aldeia, que as agências indigenistas buscavam legitimar e consolidar” (2001, p.40).

Tanto os religiosos como a FUNAI procuravam minar os vínculos clientelistas que ligavam os índios aos regionais (SANTILLI, 2001, p.41). A partir de 1975 a Diocese de Roraima passou a patrocinar reuniões anuais chamadas “assembléias de tuxauas”, criou-se um “projeto de cantinas” e, na década de 1980, a Diocese de Roraima implementou um “projeto do gado” com o objetivo de promover a ocupação do lavrado⁶, transformando os índios em pecuaristas. Destas iniciativas surgiram, em 1984, os conselhos regionais e, posteriormente, uma coordenação em Boa Vista que veio a ser o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Paulo Santilli assinala que “descolando-se do plano aldeão, o Conselho Indígena erigiu-se verticalmente, privilegiando a hierarquia e a representação política em moldes partidários” (2001, p.44). Ressalta também que

o suporte material para a organização do Conselho Indígena – e isso foi se tornando mais patente a cada fracasso dos ‘projetos comunitários’ concebidos pelas agências indigenistas – depende visceralmente de recursos externos, sejam

⁶ Nome dado em Roraima à savana ou campos naturais que constitui a vegetação original de grandes extensões do nordeste e leste do estado de Roraima.

eles injetados por missionários católicos, sejam provenientes de órgãos oficiais como a Funai, sejam mesmo de cooperação internacional (SANTILLI, 2001, p.44).

A grande maioria dos indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que defende a homologação desta terra em área contínua, identifica-se como “católicos” e apóia o CIR. Os poucos indígenas que se aliaram aos rizicultores, invasores da terra indígena, e políticos anti-indígenas do estado de Roraima, e que defendem a demarcação das terras indígenas em ilhas, identificam-se, sobretudo, como “crentes” e com outras organizações indígenas que mantêm relações clientelistas com os arrozeiros e que vêm se opondo ao CIR. A antiguidade das rivalidades entre, por um lado os católicos e, por outro lado várias seitas de protestantes, e o surgimento histórico de cultos indígenas a partir do contato intermitente com missionários no século XIX, tanto no Brasil, como na Guiana e na Venezuela, são temas abordados por Butt Colson (1985).

A SITUAÇÃO ATUAL

Os povos indígenas desta região de fronteira, de cerrados e serras com manchas de floresta, estão em contato permanente muito antigo com as sociedades nacionais. Nas últimas décadas, com o crescimento de movimentos indígenas, a etnicidade destes povos vem se expressando a partir da mobilização política em organizações indígenas, além da sua participação nos partidos políticos das sociedades nacionais. No Brasil, a partir da década de 1970, os povos indígenas do nordeste de Roraima vêm se organizando politicamente em organizações como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), Associação de Professores Indígenas de Roraima (APIRR), a Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR) e a Sociedade de Índios Unidos do Norte de Roraima (SODIUR) (cf. REPETTO, 2002).

Existe quase uma unanimidade entre os moradores da região do Rupununi (atualmente “Region 9, Upper Takutu-Upper Essequibo”) quanto à sua decepção com a situação política na Guiana pós-independente e com o socialismo por não superar os conflitos étnicos do país. Nas palavras do Sr. Clarindo Lucas, vice-prefeito⁷ de Lethem, cidade fronteiriça da Guiana na beira do rio Tacutu em frente à cidade de Bonfim, Roraima, que se identifica como Wapichana de Aishalton: “Tanto o PPP quanto o PNC acreditam em ideologias socialistas. Todos pregam o marxismo e o leninismo, sobretudo o PNC. Então porque brigam? Não vejo nenhum sentido nisso”. Sugeriu que as brigas correspondessem a divisões étnicas e Sr. Clarindo acrescentou que “É isso mesmo. E isso vai existir para sempre”.

Um ex-prefeito de Lethem, Sr. Muacir Baretto, que se identifica como indígena, filho de pai Makuxi e casado com mulher wapichana, descendente de brasileiros, mas de nacionalidade guianense, apresentou o Estado guianense como fraco e inviabilizado por

⁷ Clarindo Lucas foi vice-prefeito em 2004 e 2005, e prefeito a partir de 2006.

conflitos entre os dois grupos étnicos majoritários de afro-guianenses e indo-guianenses. Identificou-se também como ex-socialista, na sua juventude, que havia passado um ano como estudante em Moscou no período soviético, e se decepcionado com o socialismo ao ver tentativas de implantá-lo na Guiana levar este país ao colapso econômico.

Sr. Muacir Baretto, numa entrevista em janeiro de 2004, afirmou que ele conhecia pessoalmente o presidente Forbes Burnham e trabalhou como “Coop officer” no seu governo. Contudo ele admitiu que havia cultivado uma resistência, mesmo antes de ir para a ex-União Soviética em 1977-78 por dez meses. Orientado por uma cosmologia católica que entrava em choque com a ideologia marxista propagada pelo governo de Forbes Burnham, Sr. Muacir contou que

A filosofia marxista foi muito pesada (...) nas reuniões do PNC martelavam-nos com marxismo. Eu tive que renunciar. A mesma coisa em Moscou, martelando a gente. Minha criação era diferente. Nós acreditávamos em Deus e no espírito. O cara que compartilhava o quarto comigo foi doutrinado (...) Foi na época da Guerra Fria, do anti-americanismo. Quando voltei eu já havia decidido que iria renunciar assim que terminasse meu contrato. Ainda enfrentei problemas com estes caras do PNC aqui.

Sr. Muacir contou que se associou ao único partido capitalista da Guiana, *The United Force* (0,7% dos votos nas eleições de 2001), o mesmo partido a que os fazendeiros desta região e grande parte dos seus trabalhadores wapichana aderiam na época da revolta do Rupununi em 1969. O Sr. Muacir acrescentou sua decepção com o governo de Forbes Burnham, pelo fato do PNC conceder títulos através do Parlamento para apenas 25% das 24 a 25 mil milhas quadradas de terras indígenas que o último Comissário de Terras havia recomendado após independência. O PNC aprovou apenas 6 mil milhas quadradas na metade da década de 1970.

Ao mesmo tempo, esta decepção com o governo da Guiana, dividido por conflitos étnicos, é acompanhada na perspectiva de muitos habitantes desta região de fronteira com uma esperança no Brasil. Muitos dos entrevistados indígenas em Lethem e na aldeia vizinha de Santo Ignácio manifestaram a opinião de que os povos indígenas não têm nenhum futuro com o governo de Georgetown e olham para o Brasil como um grande sucesso econômico e como um caminho para escapar da pobreza acentuada e dos conflitos políticos e étnicos que assolam o densamente povoado litoral atlântico do país. Na sua etnografia sobre esta fronteira, Mariana Pereira observa também que “a identidade de brasileiro, no interior da sociedade guianense, em Lethem, desfruta de alto grau de prestígio, pois essa identidade está associada à imagem positiva e até utópica sobre o Brasil” (PEREIRA, 2005, p.157).

Um comerciante de Lethem, Sr. Don Melville, identificou-se como mestiço, neto de um fazendeiro escocês e sua esposa indígena Atoraid. Comentou-me, revelando uma perspectiva bastante difundida na Guiana, que o Estado nacional está em processo contínuo de formação e ainda incompleto: “Não existe muito patriotismo na Guiana. Ainda precisamos descobrir nossa identidade”. A coalizão *Guyana Action Party* (fundado em 1996) e o *Working People’s Alliance* (fundado em 1979) GAP-WPA (2,4% dos votos nas eleições de 2001) e coalizão *Guyana Action Party* e o *Rise Organise and Rebuild Guyana* (2,5% dos votos nas eleições de 2006), definiu-se como “uma organização autônoma de povos indígenas”. O fundador do GAP, o empresário Paul Hardy, é visto como mestiço, e então parlamentar, Sra. Shirley Melville, se apresenta como índia aruaque do litoral da Guiana. Apesar destes políticos apelarem a identidades indígenas, são vistos pela população local, em primeiro lugar, como empresários bem-sucedidos, e alguns informantes indígenas e não-indígenas os identificaram como exploradores da mão-de-obra dos índios. Neste contexto, as desigualdades regionais entre “índios” comerciantes citadinos e “índios” pobres nas aldeias sobrepujam qualquer identidade pan-indígena.

Na Guiana, a organização não governamental indígena, *Amerindian Peoples Association - APA* (<http://www.sdn.org.gy/apa/>), criada em 1991, e reconhecida desde 1992, vem ganhando força política em relação a direitos territoriais nesta região de fronteira, entre as quatro principais organizações indígenas a nível nacional. A APA vem realizando um levantamento das terras indígenas em toda a região do Rupununi, visando apresentar as reivindicações indígenas ao governo para propor a sua demarcação em áreas contínuas, emendando as terras indígenas atualmente reconhecidas pelo governo guianense que estão, na sua maioria, divididas em ilhas. A reivindicação para demarcar as terras indígenas em áreas contínuas é defendida pela maioria dos indígenas que mora em aldeias e depende da terra para sua subsistência, enquanto a maioria das populações urbanas, indígenas e não-indígenas, apóia a demarcação em ilhas. Nas palavras de Sr. Muacir Baretto:

Os índios que moram nas cidades como Lethem e Bonfim têm uma perspectiva bem diferente daquela dos índios que habitam as aldeias. Muitos dos habitantes de Bonfim têm criticado a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.. Os índios que moram nas cidades, eles começam a pensar como os citadinos, e os citadinos não são índios. Então, quando eles têm de tomar partido, eles se identificam com as pessoas que estão contra a demarcação em área contínua. Pensam como os habitantes da cidade.

Os povos indígenas nesta região da fronteira no lado da Guiana apresentam-se como excluídos pelo Estado guianense, desrespeitados no reconhecimento pleno das suas terras.

Reclamam das condições precárias de atendimento de saúde e de educação. Numa visita à aldeia de Kanapang, na Região 8, no lado oposto do Rio Mau da aldeia Uiramutã, os habitantes reclamaram veementemente da falta de assistência por parte do Estado guianense, pedindo a minha intervenção junto ao governo de Georgetown para solicitar a construção de uma estrada que ligasse esta aldeia ao interior e litoral da Guiana. Nos últimos anos, um fluxo de pessoas vindo de aldeias do lado guianense, atravessa a fronteira procurando atendimento para tratamento de malária no posto de saúde de Uiramutã, por faltar remédios suficientes no lado guianense da fronteira.

Entretanto, na Guiana, a maioria da população, independente da sua origem étnica e decepções com a recente história política da Guiana, identifica-se como guianense e expressa um patriotismo. Sr. Muacir contou que, quando era prefeito de Lethem, ele sempre tentava cultivar um sentimento nacionalista nas suas visitas a aldeias: “cultivar um sentimento patriótico não é ruim”. Quando comentei que o Brasil, apesar deste crescimento econômico que ele tanto admirava ao compará-lo com o que ele descreveu como o desastre político e econômico da Guiana, apresenta algumas das maiores desigualdades sociais do mundo, Sr. Muacir afirmou que não defende desenvolvimento à custa do povo.

Os depoimentos dos habitantes desta região fronteiriça têm que ser considerados à luz dessas imensas desigualdades internacionais entre Estados nacionais. A admiração pelo Brasil como um país que “deu certo”, quando comparado com a situação econômica crítica da Guiana, não significa que estas pessoas defendam as imensas desigualdades, sobretudo no que diz a acesso à justiça e uma ordem capitalista que se sustenta em relações de poder sistematicamente assimétricas. Ao não aceitar o socialismo da forma que as tentativas de efetivá-lo se processaram na Guiana, a maioria das pessoas entrevistadas no lado guianense desta fronteira revela uma preocupação quanto às injustiças sociais no Brasil. O Sr. Muacir acrescentou que “Nós nos assustamos pela escalada de violência que está tendo no Brasil”.

A situação nesta fronteira internacional revela como as ideologias dos Estados permeiam o pensamento das populações indígenas, mesmo quando localizadas na sua periferia. Apesar de depoimentos que criticam veementemente a recente história pós-colonial na Guiana, com freqüentes referências ao período colonial como uma época em que a situação econômica do Rupununi era muito melhor do que depois da independência, a grande maioria das pessoas não defende o colonialismo. Referem-se ao período colonial como parte de uma história já distante que ficou para trás definitivamente. Contextualizam as turbulências políticas do período pós-colonial como desdobramentos históricos que vieram como consequência da história de colonialismo. Uma comparação interessante pode ser feita com os povos indígenas da Guiana Francesa, muitos dos quais demonstram medo de uma possível

independência da França, vendo os exemplos de turbulência pós-colonial que assolaram tanto a Guiana como o Suriname, que obteve independência da Holanda em 1975.

CONCLUSÃO

Os depoimentos de indígenas que moram nesta fronteira internacional revelam uma situação muito complexa permeada por interesses políticos partidários, étnicos e religiosos em conflito. Surgem diversas formas altamente politizadas de se identificar como índio, mestiço, Makuxi, Wapichana, católico, crente, brasileiro, ou guianense, que muitas vezes se sobrepõem e aparecem contraditórias para quem observa esta fronteira a partir da perspectiva hegemônica do Estado nacional, mas não da perspectiva dos povos indígenas que vivem nesta fronteira. Os povos indígenas que moram nesta fronteira entre dois Estados nacionais não vêem nenhum problema em se identificar conforme os contextos em que estão imersos e que lhes parecem naturais.

Apesar dos moradores indígenas ao longo desta fronteira pertencerem a redes de parentesco que se estendem dos dois lados da fronteira para o interior desses países e muito além, e apesar de haver um fluxo de pessoas que constantemente transitam nos dois lados da fronteira, a presença dos dois Estados nacionais com políticas indigenistas e culturas muito diferentes criou uma situação em que os indígenas vêem essas políticas como parte de dois mundos distintos, havendo pouca interação entre as suas respectivas organizações indígenas, o CIR e a APA. Enquanto em Roraima, desde os anos 1970, os povos indígenas vêm continuamente construindo e reconstruindo a sua etnicidade em torno das organizações políticas indígenas, na Guiana, a reafirmação étnica vem acontecendo sobretudo por meio da participação de indígenas nos partidos políticos daquele país, concorrendo para cargos como prefeito (Regional Chairman) de Lethem, e para representação regional nos partidos políticos nacionais.

Nesta região de fronteira, nas periferias geográficas destes Estados nacionais, as ambigüidades e as contradições das políticas indigenistas nacionais tornam-se evidentes para os atores sociais. A inclusão social desses povos indígenas por meio de políticas indigenistas governamentais e de ONGs contradiz-se à forte exclusão social experimentada por eles como minorias étnicas inseridas em relações assimétricas de sujeição-dominação pelas sociedades nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAINES, Stephen G. Indianidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana. *Série Antropologia*, N. 360, Brasília: Departamento de Antropologia, UnB, 2004a.
- BAINES, Stephen G. A fronteira Brasil-Guiana e os povos indígenas. *Revista de Estudos e Pesquisas*. Brasília: FUNAI: CGEP/CGDOC, v.1, n.1, 2004b, p.65-98.
- BUTT COLSON, Audrey. Routes of knowledge: an aspect of regional integration in the circum-Roraima area of the Guiana Highlands. *Antropologica*, 63-64, 1985, p.103-149.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Racismo, direitos e cidadania. *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004, p. 81-93.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Índio e o Mundo dos Brancos*. 4ª ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996 [1964].
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *A Sociologia do Brasil Indígena*. Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 1978.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; BAINES, Stephen G. (organizadores). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p.9-20.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (dê)s caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, no. 42, 2000, p.7-21.
- FARAGE, Nádia. *As Flores da Fala: práticas retóricas entre os Wapishana*. São Paulo: USP. 1997. Tese de doutorado apresentada à área de Estudos Comparados em Literatura de Língua Portuguesa, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GARCÉS, Claudia Leonor Lopes. *Ticunas brasileiros, colombianos y peruanos: etnicidad y nacionalidad em la región de fronteras del alto Amazonas/Solimões*. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC – Universidade de Brasília, 2000.
- GUYANA, National Development Strategy. 1996, Chapter 22: Amerindian Policies, <<http://www.guyana.org/NDS/chap22.htm>>. Acesso em: out., 2005.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998, p.43-68.

PEREIRA, Mariana Cunha. A Ponte Imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC – Universidade de Brasília, 2005.

REPETTO, Maxim. Roteiro de uma etnografia colaborativa: as organizações indígenas e a construção de uma educação diferenciada em Roraima, Brasil. Brasília: UnB. 2002. Tese de doutorado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de Brasília, Brasília. RICARDO, Carlos Alberto (Org.). *Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

RIVIÈRE, Peter. *Absent-minded imperialism: Britain and the expansion of empire in nineteenth-century Brazil*. London; New York: Tauris Academic Studies, 1995.

SANTILLI, Paulo. *Fronteiras da República: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*. São Paulo: NHII-USP; FAPESP, 1994.

SANTILLI, Paulo. *Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hastings. Nation, state and identity at international borders. In: WILSON, Thomas M. & DONNAN, Hastings (orgs). *Nation and State at international frontiers*. Cambridge University Press, 1998, p.1-30.